

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

26 DE JUNHO DE 2015

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
26 DE JUNHO DE 2015

No dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da renovação do Protocolo para o Enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente;
- 4) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de serviços em regime de avença para a Divisão de Desenvolvimento Social e Humano;
- 5) Proposta de aprovação da 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- João Miguel Sítima dos Anéis;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- José Luis Potes Pacheco;
- Dário José Gaiato Anastácio;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João Pereira e João Penetra.

Dada a situação de doença do senhor Vereador Paulo Manzoupo, todos os membros da Assembleia manifestaram votos de rápidas melhoras.

Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos.

O ponto proposto para inclusão foi o seguinte:

6) Designação de três cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo.

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre este assunto e autorizou a inclusão do mesmo na ordem de trabalhos.

Assim, a ordem de trabalhos desta sessão ficou constituída como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da renovação do Protocolo para o Enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente;
- 4) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de serviços em regime de avença para a Divisão de Desenvolvimento Social e Humano;
- 5) Proposta de aprovação da 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo;
- 6) Designação de três cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade as faltas dos seguintes membros à sessão de hoje:

- Helena Isabel Barros Torrão;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote.

No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, nada havendo a salientar.

Procedeu-se de seguida à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 30 de abril de 2015, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, só podem participar na aprovação da ata os membros que estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere (Os membros Bruno Pinto e Catarina Rosado faltaram à sessão de 30 de abril de 2015 e à presente sessão).

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período de intervenção do público:

Interveio o senhor Luis Miguel Fialho Duarte que perguntou como tinha ficado a redação final do artigo do Plano Diretor Municipal referente à Detenção Caseira de Animais. Referiu-se ainda à iminência de derrocada de um telhado na parte traseira de um prédio sito na Rua José de Sousa Cabral, número catorze, nesta vila (propriedade do filho do Senhor “Xico da Joaquina”, como é vulgarmente conhecido).

O senhor Presidente da Câmara, quanto à última questão, referiu que irá verificar a situação descrita pelo munícipe. Quanto à redação do artigo do Plano Diretor Municipal que trata da Detenção Caseira de Animais, referiu que a opção foi remeter para a Lei Geral constante do NREAP – Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho.

Interveio de seguida a senhora D. Paula Maurício que se referiu à intervenção do senhor Presidente da Câmara, na sessão solene comemorativa do aniversário do 25 de Abril. Disse esta senhora que o senhor Presidente da Câmara, na referida sessão, respondeu a questões que ela colocou quando fez a sua intervenção, na qualidade de representante da força política CDU. Em sua opinião, a sessão solene comemorativa do aniversário do 25 de Abril não era a sede própria para um debate político. Também na referida sessão – disse esta senhora – o senhor Presidente da Câmara referiu ser independente mas no entanto não participou na inauguração da Festa da Primavera em Aguiar, no seu concelho, por se encontrar a participar numa Convenção do Partido Socialista.

O senhor Presidente da Câmara, quanto ao seu discurso na sessão solene do 25 de Abril, disse que se a CDU não quer ouvir respostas às acusações que faz, então não deve falar dos assuntos. Disse ainda que se a CDU considerou que não se deve falar de política local nesta sessão, então não deverá ela própria “puxar” esse assunto, pois o que não pode querer é a ausência de resposta às afirmações que faz. Neste contexto o senhor Presidente da Câmara leu um excerto da intervenção da representante da CDU na referida sessão, que refere que “a gestão do PS face à gestão da CDU é diferente como o dia da noite”. Na opinião do senhor Presidente da Câmara, “nem a própria CDU acredita nisto...” O senhor Presidente da Câmara recordou ainda o folheto que a CDU divulgou à população, tendo a perfeita convicção de que o povo, “que não é parvo” saberá tirar as devidas ilações. Conforme já foi transmitido numa reunião da Câmara pelo senhor Vereador João Penetra, a CDU considera que o PSD é convidado para intervir na sessão solene das comemorações do 25 de Abril, então o Partido Ecologista “Os Verdes” também deveria ser convidado uma vez que concorre às eleições coligado com o PCP.

A pedido do senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador João Penetra referiu que na reunião da Câmara levantou de facto essa questão pois se a lógica é convidar para a sessão solene os partidos que concorram às eleições, então o Partido Ecologista “Os Verdes” também foi candidato, coligado com o PCP. Disse o senhor Vereador João Penetra que nessa ocasião o senhor Presidente da Câmara argumentou que o PSD dispunha de sede no concelho, contrariamente ao Partido Ecologista “Os Verdes”. Disse o senhor Vereador João Penetra manter a sua posição, defendendo que se o PSD é convidado, também o Partido Ecologista “Os Verdes” o deveria ser.

A este propósito, o senhor Presidente da Assembleia referiu que por essa lógica, se houvesse uma coligação de dez partidos a concorrer, todos teriam de intervir, ficando a coligação claramente

em vantagem relativamente aos Partidos que concorrem sozinhos. Disse que em sua opinião, o Partido Ecologista “Os Verdes” e o PCP é que terão de se entender na designação do representante.

Quanto à sua ida à Convenção do PS, disse o senhor Presidente da Câmara que “lições de comportamento político, vindas por vezes de quem vêem, apenas as regista”, salientando a sua independência em todos os aspetos pois “não deve nada ao PS e este também não lhe deve nada a si...”. Reafirmou que a sua missão e o seu compromisso são com o concelho de Viana do Alentejo, pelo que tanto vai a uma Convenção do PS como recebe deputados do PSD em visita ao Paço dos Henriques, como sucedeu na passada segunda-feira. Tendo os referidos deputados perguntado se o executivo os poderia acompanhar na visita ao Paço dos Henriques, a resposta foi afirmativa pois a política seguida sempre tem sido de abertura – “tanto falamos com o PS como com o PSD. Com a CDU não, porque nunca chegará a ser governo neste país”. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que a recuperação do Paço dos Henriques teve a sua génese num contrato de cedência com o governo PS, tendo evoluído com o governo PSD dado que a Câmara se mantém numa perspetiva de abertura. Acrescentou ainda que “não se foi promover nem para a Convenção do PS nem para a visita ao Paço dos Henriques com os deputados do PSD” e que quando foi eleito Presidente da Câmara, em 2009, já tinha um curso superior bem como um emprego, não tendo necessitado do Partido para isso. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que em sua opinião não “fez falta nenhuma” na abertura da Festa da Primavera em Aguiar pois todos os comentários têm revelado que a mesma correu muito bem, tendo a representação municipal ficado bem entregue aos senhores Vereadores João Pereira e João Penetra.

Voltando à representatividade dos Partidos na sessão solene do 25 de Abril, o senhor Vereador João Penetra manifestou o seu desacordo quanto ao que foi referido quer pelo senhor Presidente da Câmara, quer pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. Em seu entender, o parceiro de coligação do PCP – o Partido Ecologista “Os Verdes” – merecia ter oportunidade para intervir, pois os Partidos são diferentes, embora exista convergência nos períodos eleitorais.

O membro José Luis Pacheco disse que em sua opinião, cada Partido ou coligação deve ter a sua representatividade na sessão solene do 25 de Abril e recordou que em 2009, quando o Bloco de Esquerda concorreu às eleições autárquicas, ninguém questionou a falta de convite ao Bloco de Esquerda para intervir na sessão solene do 25 de Abril. Disse ainda este membro que o Paço dos Henriques serviu sempre de “pedra de arremesso política” contra qualquer governo pois o PCP nunca esteve interessado, politicamente, na recuperação do Paço. Em sua opinião, as duas únicas forças políticas verdadeiramente empenhadas na realização da obra foram o PS e o PSD. Disse ainda este membro que pelo que lhe é dado observar nesta sessão, “já começou a campanha para as autárquicas de 2017”.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que preza muito a coerência de critérios e de princípios e neste contexto perguntou se o Partido Ecologista “Os Verdes” alguma vez, neste concelho, fez um discurso... Em seu entender e trazendo à colação o princípio da Equidade, seria desadequado e desenquadrado da realidade que uma coligação que envolvesse dez partidos tivesse direito a fazer dez intervenções, em contraposição com um partido único que só teria direito a fazer uma.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, não se verificou qualquer intervenção.

Ponto três) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da renovação do Protocolo para o Enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio; 64/2012, de 20 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da renovação do Protocolo relativo às Equipas de Intervenção Permanente, celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Município de Viana do Alentejo e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo. O Protocolo em causa será renovado por mais três anos, sendo de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) a verba mensal a disponibilizar pelo Município para o efeito. A calendarização da despesa ao longo do período de renovação do Protocolo é a seguinte:

2015 (5 meses)	2016	2017	2018 (7 meses)
12.500,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	17.500,00 €

Ponto quatro) Pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de serviços em regime de avença para a Divisão de Desenvolvimento Social e Humano – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação deste pedido de autorização referindo a necessidade de contratação da Empresa Tópicos e Utópicos, Ld.ª, para prestação de serviços em regime de avença nas áreas Socioeducativa, Cultural e de Desenvolvimento Económico/Social, em regime de avença. Referiu que a contratação se pretende por um período de 18 meses e que a importância mensal a pagar será de 4.140,00 € (quatro mil cento e quarenta euros) acrescida de IVA. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio; 64/2012, de 20 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, a Assembleia deliberou com dez votos favoráveis e quatro votos contra, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação em causa. Votaram contra os membros Dário Anastácio, Joaquim Maria Bento, Joaquim Teixoeira e António Inácio Lopes.

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo – O senhor Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se por, “finalmente, passados muitos anos, demasiados anos”, estar em apreciação a tão aguardada e necessária revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Câmara, à semelhança do que fez na reunião da Câmara Municipal em que esta proposta foi aprovada, descreveu o longo processo que conduziu à revisão do Plano Diretor Municipal deste concelho, processo iniciado com uma deliberação da Câmara Municipal a 2 de março de 2005 e que conheceu vários avanços e recuos, por vicissitudes várias. Após a deliberação da Câmara Municipal de 16 de fevereiro de 2011, com a adenda de novos fundamentos para a revisão e posteriormente com a contratação, em maio de 2013, de uma equipa externa para proceder aos trabalhos de revisão do Plano, começou efetivamente a revisão e ao fim dos dois anos previstos está-se finalmente a aprovar a proposta final de Revisão do Plano Diretor Municipal. O senhor Presidente da Câmara acrescentou que “este é o culminar de anos de trabalho que vai consolidar uma política moderna e conscientemente virada para os munícipes e para a melhoria da qualidade de vida, através de um documento assente numa estratégia de desenvolvimento, definida em conjunto com os munícipes, focado nos domínios de ação estratégica e com a flexibilidade necessária para se ajustar às dinâmicas sócio-económicas e territoriais. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o executivo está muito satisfeito com o trabalho alcançado por várias razões, de entre os quais se destacam:

- A confiança de que o trabalho realizado cumpriu amplamente os objetivos inicialmente propostos para este processo e que dentro daquilo que é possível fazer neste âmbito foi ao encontro dos fundamentos que basearam a revisão e às expectativas criadas em torno do documento;
- A qualidade e robustez do trabalho, fazendo crer tratar-se de um trabalho de referência para o município e de um documento de qualidade, de apoio ao desenvolvimento do concelho;
- A demonstração muito positiva de concordância e de satisfação pelo trabalho realizado por parte da Comissão de Acompanhamento;
- O alcançar de soluções, na medida do que é possível num processo desta natureza, para a maioria das questões expostas ao Município e que não obtinham enquadramento no anterior Plano Diretor Municipal;
- A convicção de que com a Revisão do Plano Diretor Municipal se conseguiu um documento mais adaptado à realidade e às necessidades atuais, mais flexível, moderno e atual, assente numa estratégia de desenvolvimento criada pelas pessoas e para as pessoas”.

O senhor Presidente da Câmara agradeceu a todos os que de forma direta e indireta participaram neste processo, salientando a equipa técnica da Empresa RT GEO – Planeamento e Ordenamento do Território; a Equipa Técnica do Município, constituída sobretudo por pessoal afeto à Divisão de Administração Urbanística e Serviços Urbanos; os colegas Vereadores e o Chefe do seu Gabinete de Apoio Pessoal – Dr. Bruno Borges; todas as entidades e representantes das mesmas que integraram a Comissão de Acompanhamento, com especial destaque para a CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, quer pelos seus contributos quer pela celeridade na concertação dos seus pareceres; todos os munícipes que participaram desde a definição da estratégia no âmbito dos fóruns da Agenda 21 Local à participação pública no âmbito da revisão, quer por escrito quer nas sessões abertas à população.

Assim, considerando que:

- 1 – Em reunião ordinária de 21 de abril de 2015, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo deliberou a abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do

Alentejo, pelo prazo de 30 dias úteis contados a partir do 5.º dia útil após a data de publicação do aviso na 2ª Série do Diário da República;

2 – O período de discussão pública decorreu entre 30 de abril e 12 de junho de 2015, durante o qual foram efetuadas sessões de esclarecimento nas juntas de freguesia do concelho, num total de quatro sessões, duas em Viana do Alentejo, uma em Aguiar e outra em Alcáçovas;

3 – No âmbito da discussão pública, os interessados puderam apresentar as suas sugestões, informações, reclamações ou pedidos de esclarecimento por escrito, utilizando para o efeito o impresso próprio disponível na página de internet do Município e no Balcão Municipal;

4 – Foram recebidas três participações referentes à proposta da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo;

5 – Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), foram ponderadas, pela equipa projetista, todas as sugestões, reclamações e observações formuladas pelos interessados, mediante a elaboração do “Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública”;

6 – O documento foi disponibilizado na página de internet do município, tendo os autores das participações sido notificados sobre a divulgação do Relatório onde consta a resposta e ponderação da respetiva participação;

7 – Em cumprimento do disposto no artigo 78º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), será entregue na CCDR Alentejo, para emissão de parecer final, o projeto de versão final da 1ª Revisão do PDM de Viana do Alentejo, bem como o “Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública”;

8 – O parecer mencionado no ponto anterior, quando emitido, não possui carácter vinculativo e incide apenas sobre a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e a compatibilidade ou conformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes, a Câmara Municipal, na sua reunião realizada a 17 de junho de 2015, aprovou por unanimidade o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo e deliberou submeter a versão final do Documento à aprovação da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, em consonância com o disposto no artigo 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

O senhor Presidente da Câmara realçou a satisfação dos membros do executivo em regime de permanência pelo facto da proposta da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal ter sido aprovada também com o voto favorável do senhor Vereador João Penetra, resultado do trabalho que foi feito para que este Documento fosse supra partidário, a bem do concelho.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ter participado nas primeiras reuniões de acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, constatando que o Documento obtido é considerado um Documento de referência. Disse que em sua opinião o Plano resultante do trabalho de revisão é verdadeiramente um “Plano para o concelho”, tendo todos os munícipes sido chamados a dar o seu contributo. Houve sessões de apresentação do Documento dirigidas especificamente aos senhores Vereadores e aos membros da Assembleia Municipal pelo que “quem quis contribuir, contribuiu”. O senhor Presidente da Assembleia reiterou os agradecimentos feitos pelo senhor Presidente da Câmara a todos os que contribuíram para este Plano.

Não tendo havido quaisquer questões, a proposta de aprovação da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo foi votado, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto seis) Designação de três cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo – Na sessão ordinária desta Assembleia, realizada a 20 de fevereiro de 2015, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento de um ofício enviado pela CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, referindo a necessidade da Assembleia nomear outros cidadãos para substituírem os que faltavam continuamente às reuniões da Comissão Alargada. Nos termos do Regulamento Interno da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, seriam três os membros a substituir em virtude de terem faltado às reuniões do Comissão Alargada por um período superior a seis meses consecutivos. Neste contexto foi apresentada uma proposta contendo o nome dos seguintes cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, em substituição dos anteriores:

- » Maria Gertrudes Salsinha Neves Garcia, de Alcáçovas;
- » Maria Teresa Salsinha Fonseca, de Viana do Alentejo;
- » Augusto Santana de Brito, de Viana do Alentejo.

Votada a proposta por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público.

Neste período interveio o senhor Vereador João Penetra que referiu o seguinte na sequência da intervenção anterior do membro José Luis Pacheco: Em 1985 a CDU elegeu quatro Vereadores e em 1997 elegeu três, tendo ficado a trinta votos de eleger o quarto. Isto significa que o que aconteceu ao PS, com mérito, não é inédito. Disse ainda que nas últimas eleições autárquicas, o que aconteceu à CDU, em seu entender, ficou a dever-se ao facto de ele ter encabeçado a lista, sendo natural de Alcáçovas e não de Viana. Assume a derrota como sua... Disse ainda o senhor Vereador João Penetra que enquanto a CDU foi poder neste concelho, a lógica foi convidar para intervir na sessão solene do 25 de Abril, as forças políticas que tivessem assento nos órgãos autárquicos e daí o convite ao PSD. Atualmente, o PSD não se encontra representado em qualquer órgão autárquico do concelho pois “foi completamente engolido pelo PS...”.

O senhor Dário Anastácio referiu que tem sido notada com frequência a falta de pressão da água em Alcáçovas e que verificou que os lancis que estão a ser reparados na Rua de S. Pedro em Alcáçovas, “não têm enxurro”. Perguntou para quando está prevista a obra de reabilitação da Zona Histórica de Alcáçovas.

O senhor Presidente da Câmara, em resposta ao senhor Dário Anastácio, disse que parte do princípio que os membros da Assembleia Municipal, como é o caso do interveniente, leem as atas das reuniões da Câmara e nesse pressuposto devem saber que é a Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. que faz a gestão em alta, da água neste concelho, fruto do contrato assinado pelo Município em agosto de 2009. Apesar de ser desejo de todos que a água nunca falte, que nunca existam roturas, que nunca as bombas avariem, o que é certo é que estas coisas acontecem. Disse

ainda o senhor Presidente da Câmara que a Empresa está a efetuar um trabalho de fundo que consiste na construção de uma nova conduta para Alcáçovas e que apesar do acompanhamento sistemático que a Câmara faz por forma a minorar as falhas da Empresa, não é possível eliminá-las integralmente. Quanto à recuperação dos Centros Históricos, disse o senhor Presidente da Câmara que de momento não existem candidaturas abertas para esse tipo de intervenções e nem sequer estão definidos os projetos que irão integrar a contratualização. Contudo, reitera-se a intenção de formalizar a candidatura. Quanto à falta de pressão da água a que se referiu o senhor Dário Anastácio, o senhor Vice-Presidente disse que o local onde o depósito de Alcáçovas foi construído, contribui para agravar a falta de pressão da água. Segundo a informação de que dispõe, a anterior Câmara procedeu à construção do depósito naquele local para aproveitar o terreno que era propriedade do Município.

Quanto aos lancis da Rua de S. Pedro, disse o senhor Vice-Presidente que estão a ser melhorados por reivindicação de alguns moradores. Quanto à má execução a que o senhor Dário Anastácio se referiu, não pode pronunciar-se sabendo apenas que a obra está a ser executada pelos trabalhadores do Município, supervisionada pelo Encarregado que tem experiência neste tipo de intervenções, há muitos anos. O senhor Vice-Presidente recordou que em 2009 “foram espalhadas camadas de alcatrão no pavimento, esquecendo completamente os desníveis necessários”. O senhor Vice-Presidente sublinhou a incapacidade do Município assumir intervenções de fundo nos Centros Históricos, sem garantia de obtenção de fundos comunitários para o efeito. Disse que as intervenções que se estão a realizar têm por objetivo tentar melhorar a acessibilidade das pessoas, tal como foi feito, por exemplo, na Estrada de Canelas e no pavimento do Loteamento do Chão do Mocho. Disse ainda o senhor Vice-Presidente que a preocupação da Câmara será sempre a de fazer bem e por isso as intervenções de fundo que são necessárias nos Centros Históricos de Alcáçovas e de Aguiar só poderão ser realizadas quando houver possibilidades para tal, nomeadamente com financiamento comunitário garantido. Acrescentou que no Centro Histórico de Alcáçovas foram recuperadas apenas com recursos próprios, as duas Ruas que se encontravam em piores condições.

O senhor José Luis Pacheco, relativamente às mudanças do eleitorado mencionadas pelo senhor Vereador João Penetra quando disse que “o PSD foi engolido pelo PS”, referiu que os partidos não são donos dos eleitores nem são rebanhos cujas ovelhas se movimentam de uns para outros”. Quanto aos resultados da CDU nas últimas eleições autárquicas, disse o senhor José Luis Pacheco que em sua opinião os mesmos não tiveram a ver somente com o cabeça de lista mas sim com toda a equipa que foi escolhida e tanto assim é que nem em Alcáçovas a CDU ganhou. Na sua perspetiva, o excelente resultado alcançado pelo PS teve a ver com o grande trabalho que foi realizado, esse sim o responsável pela vitória. Reportando-se à reabilitação do Centro Histórico de Viana, disse o senhor José Luis Pacheco que a mesma foi valorizada e reconhecida pela população, constatando-se que o anterior executivo nunca teve coragem de a realizar, para além de “dispor de técnicos incompetentes que não conseguiram assumir a responsabilidade de obras desta natureza”. Em sua opinião, o anterior executivo “teve medo da reação das pessoas quando lhe comesçassem a abrir buracos à porta”. Acrescentou que o exemplo de Viana do Alentejo, em termos de melhoria da mobilidade, foi apresentado no estrangeiro como modelo. Disse ainda o senhor José Luis Pacheco que o anterior executivo CDU optou por gastar dinheiro nas Piscinas de Alcáçovas em vez de o

empregar na recuperação do Centro Histórico... “São opções de quem está mandatado para as tomar...”

O senhor Presidente da Câmara perguntou se na lista da CDU para os órgãos autárquicos do concelho existe algum elemento pertencente ao Partido Ecologista “Os Verdes”, tendo o senhor Vereador João Penetra respondido que o referido partido não indicou ninguém, tendo concordado com os nomes que foram indicados pelo PCP.

O senhor Joaquim António Teixoeira referiu-se ao facto de não existirem vagas para todas as crianças que pretendiam participar no Programa Summer 2015.

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, disse que o Programa Summer foi criado em 2011 e consegue dar resposta a 45 crianças, por quinzena e por freguesia. Houve necessidade de limitar o número de inscrições dado não ser possível responder a todas as solicitações e daí o facto de ter sido seguido o critério da ordem de chegada. Disse o senhor Presidente da Câmara estar contudo disponível para apreciar eventuais propostas de melhoria.

O senhor João Pedro Antunes disse que tendo estado hoje em Évora, foi-lhe manifestado agrado e admiração pelo facto de “se fazer tanta coisa em Viana, designadamente a nível cultural e a nível económico, fazendo deste Município um caso de estudo interessante”. Disse ainda que a credibilidade e a confiança gerada na população são fatores muito importantes para o desenvolvimento do concelho, sublinhando que o último mandato autárquico foi o de maior investimento neste concelho, sendo devida honra a quem fez a respetiva gestão. Acrescentou que o planeamento, a gestão atenta, a imparcialidade e a estratégia de futuro têm caracterizado a atuação deste executivo sendo de realçar a sua capacidade de pôr o concelho na linha da frente, tendo sempre projetos em carteira, prontos a candidatar aos Quadros Comunitários de Apoio para obtenção de financiamento.

O senhor Dário Anastácio, ainda relativamente aos problemas com a água em Alcáçovas, disse que “se é à Câmara que paga a água, é à Câmara que tem de pedir explicações sobre as anomalias”. Quanto aos lancis da Rua de S. Pedro, disse ainda que se tivessem de ser reparados o custo será maior pois “não se gasta o mesmo a fazer e desmanchar do que a fazer logo bem desde o início”.

A este propósito o senhor Vice-Presidente voltou a referir que a obra em causa está a ser acompanhada pelo Encarregado Operacional José Luis Banha, em cujo trabalho tem confiança. Quanto às questões relacionadas com o abastecimento de água a Alcáçovas, nomeadamente no tocante à falta de pressão, disse o senhor Vice-Presidente que este problema só seria resolvido definitivamente se o depósito estivesse localizado numa Zona superior. Contudo, estando em fase de conclusão a conduta que liga Viana a Alcáçovas, a situação vai melhorar significativamente uma vez que deixarão de existir roturas com tanta frequência.

O senhor Presidente da Câmara, a propósito das questões relacionadas com o abastecimento de água, designadamente a falta de pressão, referiu que a responsabilidade efetiva é da Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., sabendo-se que também ela luta com falta de recursos humanos. Assim, embora a responsabilidade efetiva não seja do Município, é feito por parte da Câmara um acompanhamento sistemático à atuação da Empresa neste concelho, tentando que sejam colmatadas as insuficiências que vão surgindo. Disse o senhor Presidente da Câmara que neste contexto há duas formas de atuar: Colaborando ou trazendo as questões para a Assembleia

Municipal. Um exemplo de colaboração é dado pelo senhor Vereador João Penetra quando, perante qualquer anomalia sentida, contacta telefonicamente e de imediato o senhor Vereador João Pereira que por sua vez aciona os meios que tem ao seu dispor para que a Empresa atue no mais curto espaço de tempo possível por forma a resolver o problema. Outra forma de atuar, não colaborante, é esperar um ou dois meses e apresentar as questões na Assembleia Municipal. Disse o senhor Presidente da Câmara que é sua convicção que o povo se apercebe deste tipo de comportamentos, ao ler as atas. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que em sua opinião, um eleito deve ter uma postura mais exigente da dos outros munícipes pois é-lhe exigido que tenha mais conhecimentos e mais responsabilidades e daí que considere lamentável que o senhor Dário Anastácio, sendo membro da Assembleia Municipal, diga que é à Câmara que tem que pedir explicações sobre a falta de pressão da água uma vez que é à Câmara que efetua os pagamentos devidos pelo respetivo consumo. Não lhe parece razoável que um membro da Assembleia Municipal pense que esta matéria funciona como antes dos contratos serem assinados e da gestão da água ter passado para a AgdA, imputando as responsabilidades à Câmara. Ainda a este propósito o senhor Presidente da Câmara exemplificou com as anomalias que sucedem a nível do abastecimento de energia elétrica, sendo mais rápido resolvê-las se o utente contactar diretamente os serviços respetivos do que se se vier queixar à Câmara... O senhor Presidente da Câmara terminou referindo que serão sempre aceites as preocupações manifestadas quanto às insuficiências a nível do abastecimento de água mas a Câmara está permanentemente atenta a essas insuficiências e a acompanhar os trabalhos da Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. por forma a minorar os problemas.

O senhor António Inácio Lopes elogiou a forma como decorreu a Festa da Primavera em Aguiar e agradeceu, como Presidente da Junta de Freguesia local, a todos quantos se empenharam na realização do evento. Disse ainda que ouviu algumas reclamações quanto à falta de segurança dos Stands, uma vez que não são fechados.

O senhor Presidente da Câmara regozijou-se pelo facto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar ter manifestado a opinião de que a Festa da Primavera correu muito bem. Sendo a Freguesia de Aguiar parceira do Município na organização da Festa, é de realçar que a mesma foi coordenada por uma trabalhadora do Município, eleita na Junta de Freguesia de Aguiar, provando isto que o Presidente da Câmara não fez falta nenhuma na inauguração da festa, pois o importante mesmo é que ela tenha corrido bem.

A senhora D. Paula Maurício, ainda relativamente à sessão solene do 25 de Abril, disse que no convite que recebeu não foi fixado qualquer tema para as intervenções dos representantes das diversas forças políticas, daí deduzindo que poderia falar do que entendesse. Relativamente à ausência de facilitismos a que se referiu o senhor Presidente da Câmara, disse esta senhora que também nunca beneficiou deles.

O senhor Vereador João Penetra disse que ainda não ouviu ninguém da CDU dizer mal da obra do Centro Histórico de Viana mas apesar disso, quando o PS sair da Câmara vão ficar obras por realizar, tal como sucedeu com a CDU em 2009... Quanto aos técnicos incompetentes a que se referiu o senhor José Luis Pacheco, disse que não tecerá quaisquer comentários. Quanto à derrota nas últimas eleições autárquicas, disse o senhor Vereador João Penetra que sabe perfeitamente que perdeu em Alcáçovas mas que a grande diferença de votos entre o PS e a CDU se verificou em Viana.

Referindo-se aos muitos eventos em Viana a que aludiu o senhor João Antunes, disse o senhor Vereador João Penetra que a Semana Cultural, a Mostra de Doçaria, a Festa da Primavera e a Romaria a Cavalo, transitaram da gestão CDU. Referiu este Vereador que o evento Pedreira dos Sons foi criado pelo executivo PS, não sendo ele daqueles que dizem “só o que nós fizemos é que é bom e o que os outros fazem não presta”.

O senhor João Antunes, a propósito da intervenção do senhor Vereador João Penetra, congratulou-se pelo facto deste executivo acrescentar mais valia a eventos que já existiam. Congratulou-se igualmente pelo facto de já ter sido lançado pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. o concurso público para elaboração do Projeto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Circuito Hidráulico de Viana do Alentejo e respetivo Bloco de Rega. Disse que mais uma vez é de louvar que o Município de Viana do Alentejo esteja a trabalhar com a sociedade civil no sentido de ajudar os agricultores nos seus problemas do dia-a-dia.

O senhor João Antunes dirigiu um voto de louvor ao Sporting Clube de Viana do Alentejo pela conquista, por duas vezes, da taça de futebol do distrito de Évora.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao recente concurso público lançado pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., realçou a importância para este concelho, do projeto de Execução e Estudo de Impacte Ambiental do Circuito Hidráulico de Viana do Alentejo e respetivo Bloco de Rega. Recordou que no final de 2009, o então Ministro da Agricultura António Serrano, disse claramente não ser possível obter financiamento para este tipo de Projetos. No final de 2011, a Câmara acompanhou um grupo de agricultores deste concelho, que reuniu com a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. e decorridos cerca de quatro anos de insistências, o concurso público para realização do Projeto foi então lançado no passado dia 13 de abril. Disse o senhor Presidente da Câmara que este é o primeiro passo do processo que mereceu destaque, hoje mesmo, na primeira página do Jornal “Diário do Sul”.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse estar bastante satisfeito com a grande participação nesta sessão e a jeito de conclusão referiu que a atual maioria está em funções há cerca de um mandato e meio, enquanto que a CDU esteve no poder autárquico deste concelho quase trinta anos. É absolutamente indesmentível e as estatísticas provam que foi conseguido, por esta gestão, o maior investimento de sempre no Município, apesar do contexto de crise que se vive, realçando-se também o investimento imaterial, a nível cultural. A reabilitação do Centro Histórico de Viana foi efetuada de forma consolidada como se pretende que ocorra nos Centros Históricos das outras freguesias, quando para tal houver condições. A reabilitação não se limitou a “colocar alcatrão em cima de alcatrão”. O senhor Presidente da Assembleia recordou que já em 2005 o programa eleitoral da CDU previa a recuperação dos Centros Históricos das vilas do concelho, situação que nunca se chegou a concretizar. O senhor Presidente da Assembleia realçou que nas últimas eleições autárquicas a CDU sofreu a maior derrota de sempre no concelho de Viana do Alentejo, sendo evidente que os resultados eleitorais não acontecem por acaso.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às zero horas e quinze minutos.

Aprovada a 10 de setembro de 2015.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
